

La presencia de la mujer en la Educación Profesional: breve análisis de los espacios conquistados

Daniella Lago Alves Batista de Oliveira Eustáquio

daniella.lago@ifrn.edu.br

<https://orcid.org/0000-0002-1993-4386>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN)
Natal, Brasil

Francinaide de Lima Silva Nascimento

francinaide.silva@ifrn.edu.br

<https://orcid.org/0000-0002-9091-8055>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN)
Natal, Brasil

Recebido: 31/03/2022 **Aceito:** 30/05/2022

Resumen

Este artículo reúne aportes de abordajes teóricos sobre la presencia de la mujer en la Educación Profesional y Tecnológica en Brasil, y cómo se dio esa participación en Rio Grande do Norte, permitiéndonos ejemplificar la trayectoria de algunas de ellas que formaron parte de ella. Comentaremos como ejemplos de esta inserción, la primera maestra designada a diferentes instituciones del Instituto Federal de Rio Grande do Norte (IFRN), para el curso primario nocturno, Maria do Carmo Torres Navarro (1910-1933); las prácticas educativas de la maestra Maria de Lourdes Filgueira Guilherme (1945 a 1968); la matrícula de la alumna Nelma Sueli Marinho de Bastos, en el curso de Edificaciones (1975); Luiza Vieira de França, directora de 1987 a 1991. Y, por ahora, un balance de los servidores que ocupan cargos de dirección, en la actual IFRN. Para ello, nos valemos de referencias historiográficas, con el objetivo de discutir la participación de la mujer desde principios del siglo XX hasta la actualidad. Para llevar a cabo esta discusión se realizaron relevamientos de referentes teóricos que sustentan la propuesta; análisis de decretos que contextualizan los períodos mencionados en el transcurso del artículo y el Proyecto Político Pedagógico de la IFRN; además del uso de herramientas digitales para generar el cuadro cuantitativo de servidores que laboran en la IFRN.

Palabras clave: Formación profesional; Historia; Género.

A presença das mulheres na Educação Profissional: breve análise dos espaços conquistados

Resumo

O presente artigo reúne contribuições de abordagens teóricas sobre a presença das mulheres na Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, e como essa participação aconteceu no Rio Grande do Norte em permitindo-nos exemplificar a trajetória de algumas delas que fizeram parte disso. Abordaremos como exemplos dessa inserção, a primeira professora nomeada distintas institucionalidades do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), para o curso noturno primário, Maria do Carmo Torres Navarro (1910-1933); as práticas educativas da professora Maria de Lourdes Filgueira Guilherme (1945 a 1968); a matrícula da estudante Nelma Sueli Marinho de Bastos, no curso de Edificações (1975); Luiza Vieira de França, diretora nos anos de 1987 a 1991. E, para a atualidade, um balanço das servidoras

que ocupam cargos de gestão, no atual IFRN. Para tanto, valemo-nos de referenciais historiográficos, com o objetivo de discutir sobre a participação das mulheres a partir do início do século XX até aos tempos atuais. Para se efetivar essa discussão, foram feitos levantamentos de referenciais teóricos que fundamentassem a proposta; análise de decretos que contextualizam os períodos citados no percurso do artigo e do Projeto Político Pedagógico do IFRN; além do uso de ferramentas digitais para gerar o quadro quantitativo de servidoras, atuantes no IFRN.

Palavras-chave: Educação profissional; História; Gênero.

The presence of women in professional education: brief analysis of conquered spaces

Abstract

This work aims to gather theoretical approaches related to the presence of women in Vocational and Technological Education in Brazil, specifically how it occurred and their trajectories in distinct Federal Institutes of Rio Grande do Norte in Brazil. Thus, the work acknowledges the first teacher appointed to different institutions of the IFRN, for the primary nocturnal course, Maria do Carmo Torres Navarro (1910-1933); the educational practices of teacher Maria de Lourdes Filgueira Guilherme (1945 to 1968); the enrollment of student Nelma Sueli Marinho de Bastos, in the Buildings course (1975) as well as Luiza Vieira de França, director from 1987 to 1991. As for current matters, the work points out an overview of employees that occupied managerial positions. The research indicates historiographical references, with the objective is to discuss the participation of women from the beginning of the 20th century to the present time. In order to carry out this discussion, theoretical research was done to gather references to support the proposal. Other information fonts were analyzed such as decrees that contextualize the periods mentioned, IFRN's Political Pedagogical Project. For data analysis digital tools were used to generate the quantitative framework of servants working in the IFRN.

Keywords: Professional Education; Story; Gender.

Breve introdução

O processo brasileiro de escolarização, ocorrido durante o século XIX para o XX, trazia a intenção de modificar um país agrário para o *status* urbano industrial. Para esse fim, seria necessário avançar na instrução da população, com ações que pudessem superar o analfabetismo, preocupar-se com o ensino profissional que qualifica a mão-de-obra (CUNHA, 2005).

O Decreto nº. 7.566, de 23 de setembro de 1909 (BRASIL, 1909), promulgado pelo presidente Nilo Peçanha, permitiu a criação de uma rede de escolas, no total de 19 Escolas de Aprendizes e Artífices, para o ensino profissional primário gratuito, exclusivamente para alunos do sexo masculino; sendo uma escola em cada capital de Estado, com exceção do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro. Tinha-se como objetivo construir uma habilidade àquele cidadão e, assim, tornando útil para a sociedade.

No final do século XIX, o ensino voltado para a aprendizagem de ofícios concretiza a formação das escolas profissionais. A qualificação de mão-de-obra direcionada para os

trabalhos industriais, protegendo os desvalidos e a desordem na sociedade (CARDOSO, 2009).

O avanço educacional no ensino profissional acontecia aos poucos. O sexo feminino foi incluído nesse progresso, porém com orientações voltadas para as questões domésticas. Para elas, o objetivo das escolas profissionais era “formar moças prendadas, para o lar e para o trabalho, em caso de necessidade” (BONATO, 2001, p. 1).

Apesar do acesso das mulheres à educação, esse ingresso aconteceu de forma tardia e diferenciada em relação aos homens. Ainda se continuava a ideia de que as mulheres precisavam ser educadas e não necessariamente instruídas, afinal estavam “predestinadas” a serem donas de casa, mães e esposas; por isso, não precisavam de tantos conhecimentos institucionalizados.

O perfil da escola profissional – quando destinada à formação de moças pobres – objetivava formar mão-de-obra feminina que servia ao lar, à indústria e ao comércio. O ensino profissional feminino possuía caráter formativo, para moralização e civilização das alunas (REIS; MARTINEZ, 2012). A instrução dada visava as fábricas ou o magistério primário, mas, realçava as tarefas domésticas. Esse último aspecto entrou em conflito com o progresso pensado para a industrialização no Brasil, na década de 1920. Eram as bases da feminização do magistério e da centralização do trabalho do cuidado na figura feminina (ALMEIDA, 1998; FEDERICI, 2019).

Na atualidade, percebe-se o quanto as mulheres se desdobram para exercer diferentes papéis sociais, profissionais e/ou intelectuais. Essa participação feminina no mundo contemporâneo é bastante significativa; porém, ainda não é igualitária em relação aos homens.

Quando é recuperada a memória das mudanças ocorridas desde 1909, com o decreto presidencial, assinado por Nilo Peçanha até a nossa atualidade, conferimos uma organização progressiva de uma rede de ensino: escolas de aprendizes artífices; liceus industriais; escolas industriais e técnicas; escolas industriais e técnicas; escolas técnicas federais; escolas agrícolas; centros federais de educação tecnológica (Cefet); e, institutos federais.

Conforme os documentos oficiais, há dois decretos que fazem referência a uma rede federal: o nº6.095/2007¹, que estabelece as diretrizes para a constituição dos Institutos Federais, onde, na ementa, lê-se Rede Federal de Educação Tecnológica; e o nº. 6.320/2007²,

¹ Brasil, 2007.

² Brasil, 2007.

que aprova a estrutura regimental do MEC. Percebe-se, portanto, que a denominação de rede federal tem correspondido principalmente a identidade que se estabeleceu pelo fato dessas instituições de ensino atuarem na oferta de educação profissional e tecnológica, estarem subordinadas a um mesmo órgão do MEC, com a mesma fonte de financiamento e sob as mesmas normas de supervisão (MEC, 2022). Inclusive, esse reforço é demonstrado na Lei no 11.892/2008³, onde “rede” é compreendido com um agrupamento de instituições, a partir de sua forma e estrutura de organização e funcionamento.

A partir dessas considerações iniciais, a intenção desse artigo é discutir sobre a presença das mulheres na educação profissional, em especial nas institucionalidades do atual o Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), sejam elas na condição de alunas, servidoras em situações de cargo de gestão ou em suas atividades docentes. Para isso, serão exemplificadas algumas dessas situações, a partir da análise qualitativa, fundamentada em leituras teóricas que abordam essas questões, e com breve análise quantitativa no quadro atual de servidoras nos cargos de gestão.

Trajetória da instituição

A criação da Escola de Aprendizes Artífices, em Natal (RN), deu-se em 1909, conforme Decreto citado anteriormente. Em 1937, pela Lei n.º 378⁴, ocorreu a mudança de denominação para Liceu Industrial de Natal.

A partir do Decreto-lei n.º 4.073, de 30 de janeiro de 1942⁵, conhecida como Lei orgânica do ensino industrial, estabeleceu as bases de organização e de regime do ensino industrial do segundo grau, a qual se destinava à preparação profissional dos trabalhadores da indústria e das atividades artesanais. Em alguns casos, estavam incluídos os trabalhadores dos transportes, das comunicações e da pesca. Consequentemente, em 1942, o Liceu recebe a denominação de Escola Industrial de Natal. Por 20 anos, atuou na oferta de cursos técnicos de nível médio.

No ano de 1959, as Escolas Industriais e Técnicas são transformadas em autarquias com o nome de Escolas Técnicas Federais. As instituições ganham autonomia didática e de gestão. Com isso, intensificam a formação de técnicos, mão de obra indispensável diante da

³ Brasil, 2008.

⁴ Brasil, 1937.

⁵ No Art. 2º, explica-se sobre a terminologia da presente lei: em relação ao substantivo "indústria" e ao adjetivo "industrial" têm como referência a todas as atividades relativas aos trabalhadores mencionados no artigo anterior; já os adjetivos "técnico", "industrial" e "artesanal" têm sentido restrito para designar três das modalidades de cursos e de escolas de ensino industrial (BRASIL, 2022).

aceleração do processo de industrialização (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2022). A legislação vigente era a Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, a qual dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, entre outras providências. Em 1965, passou a ser Escola Industrial Federal. Em 1967, ocupou as novas instalações na avenida Senador Salgado Filho, no bairro do Tirol, em Natal, no Estado do Rio Grande do Norte⁶.

Com a Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, determina e fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média⁷. Em 1968, foi denominada em Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (ETFRN). Antes, os cursos industriais básicos; depois, começaram a dar lugar aos cursos de ensino profissionalizante de 2º grau. Isso acontece a partir da Lei nº 5.692/71, a qual definiu que todo o ensino de segundo grau (hoje, ensino médio), deveria conduzir o educando à conclusão de uma habilitação profissional técnica (BRASIL, 2022).

Pelo recorte proposto neste artigo, é importante ressaltar que, a partir de 1975, uma significativa mudança: o ingresso de estudantes do sexo feminino nos cursos regulares da Instituição. Nascimento (2021) destaca que o ingresso de docentes do sexo feminino ocorreu a partir do primeiro quadro de funcionários na institucionalidade Escola de Aprendizes Artífices, sendo a professora primária Maria do Carmo Torres Navarro a precursora.

Durante a década de 90, várias outras escolas técnicas e agrotécnicas federais tornaram-se CEFET (Centro Federal de Educação Tecnológica), formando a base do Sistema Nacional de Educação Tecnológica, instituído em 1994, integrado pela Rede Federal e pelas redes ou escolas congêneres dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Na Rede Federal, houve transformação gradativa das escolas técnicas federais e das escolas agrícolas federais em Cefets (MEC, 2022).

No âmbito local, a transformação em Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET)⁸ ocorreu em 1999, com a oferta de educação profissional nos níveis básico, técnico e tecnológico, além do ensino médio. Começaram as ofertas no ensino superior, com os cursos de graduação tecnológica e, posteriormente, para os cursos de formação de professores, as licenciaturas. Passou também a atuar na educação profissional vinculada ao

⁶ Onde hoje, em 2022, funciona o *Campus* Natal-Central do IFRN.

⁷ A partir dessa Lei, foi permitida a oferta de cursos superiores destinados à formação de Tecnólogos. Essas informações estão disponíveis no repositório de leis e normativas do Planalto (2022).

⁸ É importante ressaltar que as Escolas Técnicas Federais do Paraná, do Rio de Janeiro e de Minas Gerais já haviam sido transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), pela Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978, de acordo com o Portal MEC (2022). No Rio Grande do Norte, essa mudança institucional aconteceu somente no final da década de 90.

ensino médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e no ensino à distância.

A Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica para criar os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Estes foram estruturados a partir do potencial instalado anteriormente nos Cefet, escolas técnicas e agrotécnicas federais e escolas vinculadas às universidades federais. Os novos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia gerariam condições estruturais necessárias ao desenvolvimento educacional e socioeconômico brasileiro (MEC; 2022; BRASIL, 2022).

Logo, o CEFET/RN se transformaria em Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), o qual passou por três fases de expansão. Com 21 *campi* distribuídos por todas as regiões do Estado do Rio Grande do Norte, ofertando cursos de níveis médio e superior, nas modalidades presencial e à distância. Ao todo, são 109 cursos oferecidos⁹.

Após esse breve histórico, nota-se que a instituição, desde o princípio de seu funcionamento até os dias atuais, passou por transformações. As mudanças dos nomes (ou de suas institucionalidades) são as marcas do tempo e da necessidade em acompanhar os avanços da sociedade. No início, a escola foi criada na perspectiva de atender o público masculino. Isso é perceptível tanto pelos cursos que eram ofertados, direcionados para tal público, como também o ingresso do público feminino ter acontecido somente após 66 anos depois da sua criação. Afinal, “as instituições escolares reproduzem a prática da sociedade na qual se inserem, tendem a seguir o modelo de registrar de sua história” (FONSECA; SOUZA, 2014, p.2).

Presença feminina na instituição

A presença feminina na instituição deu-se desde o início de seu funcionamento. A precursora foi Maria do Carmo Torres Navarro que tomou posse como Professora Primária na Escola de Aprendizes Artífices (EAA) em 15 de janeiro de 1910 (NASCIMENTO, 2021, p.344). A partir de então, outras figuras femininas compuseram o corpo docente e impulsionaram a inserção das mulheres no espaço em questão. Iniciaremos com a memória das práticas educativas da professora Maria de Lourdes Filgueira Guilherme na Escola Industrial de Natal (EIN). No período de 1945 a 1968, um pouco mais de duas décadas, exerceu sua docência na EIN, como professora de Canto Orfeônico. Ela contribuiu com a Educação Profissional no Estado do Rio Grande do Norte (MEDEIROS NETA; SILVA,

⁹ Informações disponíveis no site <http://portal.ifrn.edu.br/institucional/historico>

2017).

Ao revisitarmos a historiografia da Educação, em especial os Decretos que regulamentam o ensino profissional, por volta dos anos 1930, há mudanças e reformas que modificaram os ramos desse ensino. As mudanças ocorreram a partir desses Decretos: o Decreto-Lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942, que criava o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), e, em seguida, o Decreto-Lei nº 4.073¹⁰, de 30 de janeiro do mesmo ano, que estabelecia uma nova organização para as escolas de formação profissional.

Conforme Cunha (2005), o Ensino Industrial mantinha o curso básico industrial, como a escola profissional por excelência, ao mesmo tempo, admitia a existência paralela da aprendizagem industrial para os operários menores de idade.

Com o sucesso das escolas de aprendizagem do Senai, pela qualidade do seu produto, demonstrou logo a inviabilidade dos cursos básicos industriais. Essa inviabilidade resultou na progressiva eliminação das escolas industriais, lugar que foi ocupado pelas escolas de aprendizagem do Senai (CUNHA, 2005).

As dificuldades apontadas por Cunha (2005) foram: os modos de funcionamento escolares padronizados para todos os cursos básicos industriais, impedia a adaptação do ensino às transformações da economia; a teia burocrática impedia que as escolas industriais pudessem cumprir satisfatoriamente até mesmo o estabelecido, pois as mais simples providências administrativas exigiam portarias do ministro e/ou do secretário estadual de educação; e, as elevadas taxas de evasão, que tornavam ainda mais caro e improdutivo o funcionamento dos cursos básicos industriais.

Depois dessa disputa educacional, ocorreram a secundarização do ensino industrial, com a portaria ministerial de 1950, a qual determinou que os concluintes dos cursos de aprendizagem do Senai, de três anos de duração, podiam se matricular nos cursos técnicos industriais, no 2º ciclo do ensino médio; logo após, as artes industriais foram introduzidas no currículo do ensino secundário, a fim de preparar o jovem para a vida e o trabalho; até chegarmos na estruturação do ensino profissionalizante (CUNHA, 2005).

De acordo com Medeiros Neta e Silva (2017), foi a partir desse contexto de implementação dessa lei que as condições necessárias para o ingresso da professora Lourdes Guilherme (sendo efetivada em 1945) na EIN. Com o novo currículo, a educação musical passou a ser parte integrante da prática educativa obrigatória para os alunos de idade até 18

¹⁰ Esse último Decreto ficou conhecido como Lei Orgânica do Ensino Industrial.

anos. Por isso, foi necessária a contratação de docente¹¹ para a disciplina Canto Orfeônico, formação da professora Lourdes Guilherme, que estudou no Conservatório Nacional de Canto Orfeônico do Rio de Janeiro, onde foi aluna do maestro e compositor brasileiro Villa-Lobos (1887-1959)¹². Fonseca e Souza (2014, p.5) afirmam que essa ênfase recai para o fato da professora ter sido aluna de Villa Lobos, não sobre sua atuação como docente. Corroborando os estereótipos de que o lugar das mulheres é o lugar das artes, não da ciência e tecnologia. Lembrando que a professora Lourdes Guilherme se destacava das demais colegas professoras formadas na Escola Normal de Natal por ser detentora de um saber erudito (MEDEIROS NETA; SILVA, 2017).

Quando o colegiado foi criado na Escola Industrial de Natal, no ano de 1961 - onde se tinham as deliberações pedagógico-didáticas tomadas pelo conselho de professores - foi colocado em discussão a escolha do Coordenador de Ensino. Para esse cargo, o diretor Irineu Martins de Lima apresentou o nome da professora Lourdes Guilherme, que foi aprovada pelos docentes presentes (MEDEIROS NETA; SILVA, 2017). As pesquisadoras evidenciam que esse lugar assumido pela educadora é significativo, tendo em vista que ocorreu num tempo em que a presença das professoras nesses espaços de poder no interior dessa instituição de ensino era inexistente.

Destacamos também a seção do Projeto Político-Pedagógico/IFRN (2012, p.23), intitulada como “as marcas no tempo: o IFRN tecendo a sua História”. Ao lermos o Documento-Base, esperamos o fortalecimento da nossa identidade institucional a partir de registros que contam a trajetória da Instituição, já que estamos diante de uma historiografia oficial.

Ao procurar pelo nome da professora Lourdes Guilherme, deparamos *apenas* com a citação da criação do Coral Lourdes Guilherme (1975), sendo citada no meio de outros eventos que ocorreram, como sendo “acontecimentos diversos” e, sem aprofundamento de suas práticas pedagógicas. É lamentável, pois a ausência de informações pode nos levar a incompreensão do nome do coral (caso o leitor não tenha informações prévias sobre quem foi a Professora Lourdes Guilherme). Além disso, apaga a memória de suas práticas pedagógicas e a importância de sua inserção para aquele contexto social e histórico da Instituição.

¹¹ Em 1942, a Lei Orgânica passou a exigir para a seleção de professores a formação em cursos apropriados, o que significava ser detentor de uma habilitação específica.

¹² Essa informação nos remete ao conceito *capital simbólico* traduzido em prestígio social, distinção, conforme Bourdieu (2010).

Quanto aos espaços ocupados pelas discentes, a presença de alunas nos cursos regulares da instituição ocorreu, pela primeira vez, no ano de 1975¹³, com a matrícula compulsória da estudante Nelma Sueli Marinho de Bastos¹⁴, no Curso de Edificações, cujo pai, à época, militar, havia sido transferido do Rio de Janeiro para Natal. A matrícula de Nelma Sueli se torna um dos pontos altos dessa discussão sobre a inserção feminina, principalmente quando estamos tratando de uma instituição de ensino tecnológico, espaço predominantemente masculino:

Figura 1 - 1ª aluna do Curso Regular da Instituição



Fonte: <http://portal.ifrn.edu.br/institucional/historico>

É interessante esclarecer, no entanto, que antes da entrada da estudante Nelma, outras mulheres já haviam frequentado alguns cursos básicos oferecidos pela ETFRN, porém estavam em regime de intercomplementaridade, nos quais os candidatos cursavam apenas as disciplinas técnicas.

Ainda de acordo com o Portal da Memória, estão listados 19 diretores, do período de 1909 a 2012. Entre eles, tem-se apenas o nome de uma mulher, Luiza Vieira de França, diretora nos anos de 1987 a 1991:

Figura 2 - Ex-diretores da Instituição

¹³ Informações do Portal da Memória IFRN.

¹⁴ Informação também citada, *de forma breve*, no livro organizado por Erica Pegado (2006, p.40).



Fonte: https://centenario.ifrn.edu.br/ex-diretores?b_start:int=0

Novamente, ao consultarmos o Documento-Base do Projeto Político Pedagógico¹⁵, é relatado que, no ano de 1986, aconteceram as primeiras eleições diretas para Diretor-Geral. Entre os seis candidatos, a única mulher foi eleita para exercer o cargo, até o presente momento, na Instituição, a professora Luzia Vieira de França (*Figura 2*). Desde essa data, “ficou estabelecida a prática de eleições diretas para o cargo de Direção-Geral” (PPP/IFRN, 2012, p. 24).

Vale relembrar que, no início do século XIX, havia um consenso que os cargos de decisão não eram aconselhados para mulheres, “pois era considerado incompatível com sua condição” (NASCIMENTO, 2018, pp.19-20). As aulas podiam ser regidas por homens ou mulheres, mas a direção do estabelecimento deveria ser confiada a um homem (Ibidem), pois as mulheres não teriam energia para as exigências do cargo.

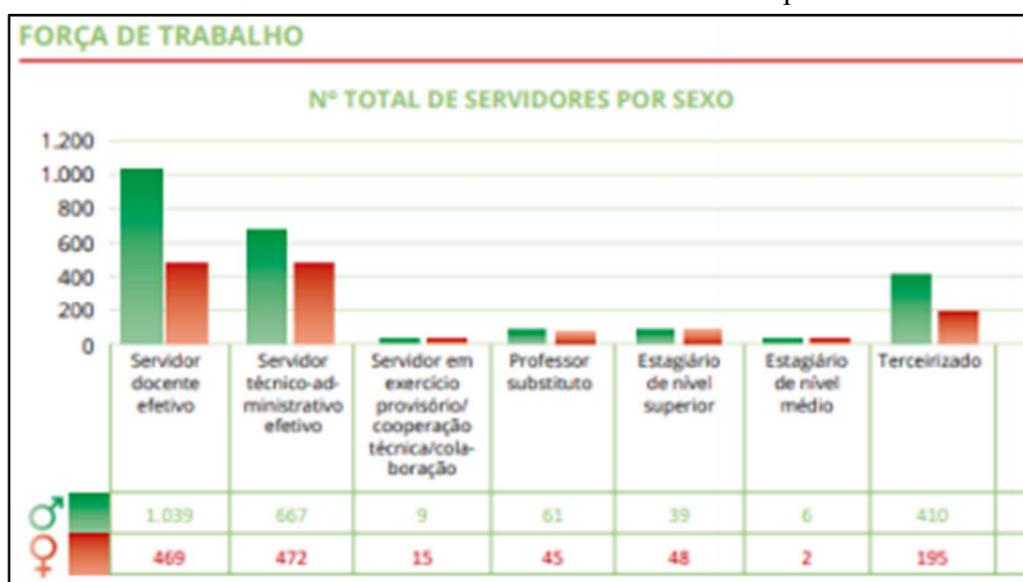
Apesar do conceito de que “os homens e as mulheres se constituem como seres produtores de si mesmos, seres em transformação, seres da práxis, que só podem ter lugar na história” (IFRN, 2012, p.62), o documento não menciona o fato de que mesmo sendo um período histórico em que poucas mulheres afluíam ao mundo do trabalho, “Maria do Carmo Torres Navarro é incorporada no seu corpo docente desde sua fundação” (FONSECA; SOUZA, 2014, p.3). Encontramos em Silva e Medeiros Neta (2017), as seguintes informações que comprovam o registro no Livro de Assentamento de Pessoal, porém não é destacado no PPP/IFRN (2012):

¹⁵ Informações disponíveis em: <https://portal.ifrn.edu.br/ifrn/institucional/projeto-politicopedagogico-1/lateral/menu-1/volume-1-documento-base>

Conforme consta no Livro de Assentamento de Pessoal da Escola de Aprendizizes Artífices (1912) e do Livro de Assentamento do Pessoal Lotado no Liceu Industrial do Rio Grande do Norte (1939), a primeira professora nomeada para o curso noturno primário foi **Maria do Carmo Torres Navarro** em dia 24 de dezembro de 1909. Filha de Joaquim Taurino Navarro, 21 anos, solteira, diplomada na Escola Normal em 1910, tomou posse no dia 15 de janeiro de 1910, entrando em exercício nessa mesma data. Maria do Carmo foi aposentada por decreto de 23 de janeiro de 1933.

Além dessas evidências, no último Relatório de Gestão 2020¹⁶, percebe-se a diferença entre o quantitativo de servidores e servidoras, conforme Gráfico 1:

Gráfico 1 - Número de total de servidores por sexo

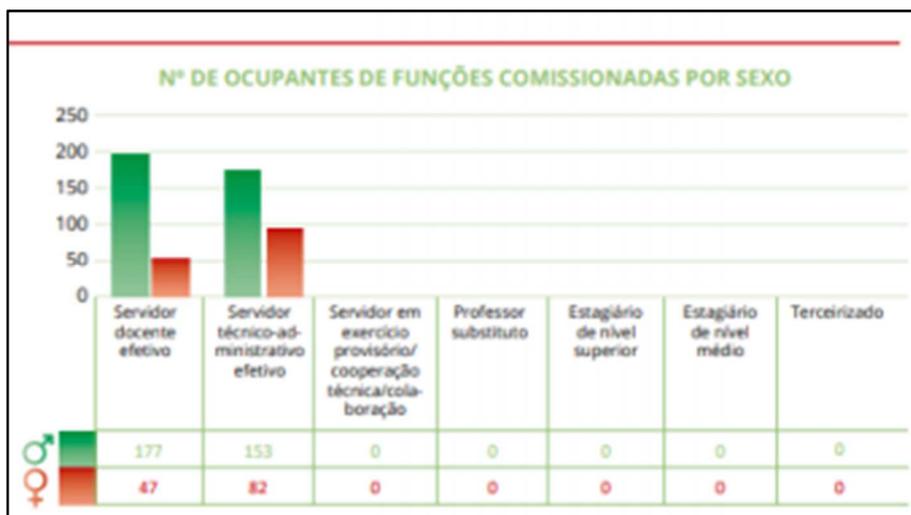


Fonte: Relatório de Gestão (2020)

Verificamos no Gráfico 1 (*nas duas primeiras colunas*) que tanto o número de servidores docentes e servidores técnicos administrativos, ambos efetivos, que há em maior quantidade homens em relação às mulheres. A diferença para a primeira categoria é 570 servidores homens a mais que as mulheres; para a segunda, essa diferença é menor, com 195 homens.

Gráfico 2 - Número de nº de ocupantes de funções comissionadas por sexo

¹⁶ Relatório aprovado em 12 de abril de 2021, por unanimidade, em reunião extraordinária do Conselho Superior do IFRN. Informações disponíveis em: <https://portal.ifrn.edu.br/acessoainformacao/auditorias/relatorios-de-gestao/relatorio-de-gestao-2020/view>



Fonte: Relatório de Gestão (2020)

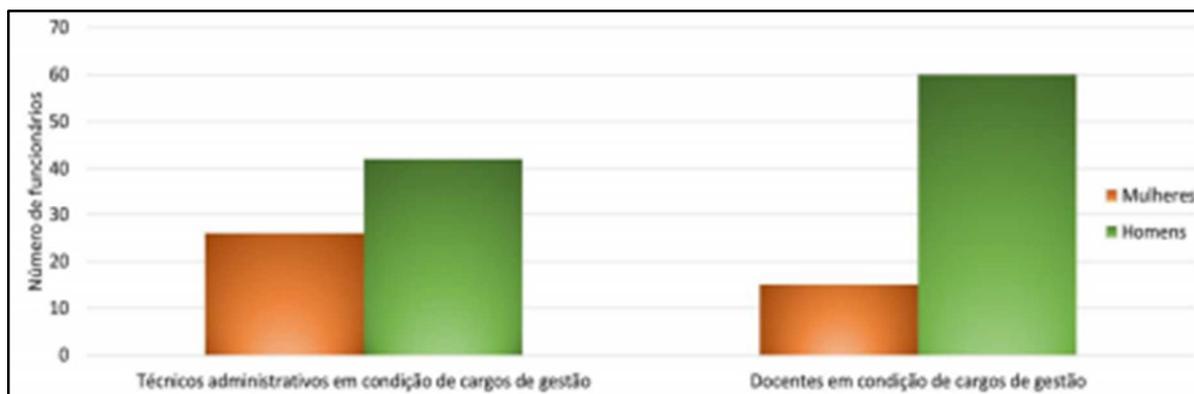
Em relação ao Gráfico 2, quando analisamos o número de ocupantes de funções comissionadas¹⁷ por sexo, são 130 servidores docentes efetivos a mais que servidoras; e, 71 servidores técnicos-administrativos efetivos a mais que servidoras dessa categoria. Com isso, percebemos que, no cenário atual da nossa instituição, há certo crescimento expressivo nos espaços ocupados por mulheres. Porém, a desigualdade quantitativa dessas atividades é resultado do processo histórico em que a sociedade, por muito tempo, considerava que certas atribuições profissionais eram ditas exclusivamente masculinas. Quanto mais progredirmos nessas discussões, mais conseguiremos promover o entendimento na busca dessa igualdade, oportunizando o crescimento dos espaços conquistados por mulheres, assim como em cargos de gestão.

É também possível fazer esse levantamento atualizado através do SUAP (Sistema Unificado de Administração Pública), ao utilizarmos o filtro de “cargos de gestão”¹⁸, na categoria de “técnico administrativo”, aparecem o total de 68 servidores, sendo 26 mulheres. Isso corresponde apenas 38,2% de inserção das mulheres. Quando fazemos o filtro de pesquisa para a categoria “docente”, ao todo são 75, sendo apenas 15 mulheres. Ou seja, o percentual cai para 20%. O Gráfico 3 resume o quantitativo de homens e mulheres nos cargos de gestão:

Gráfico 3 - Quantitativo de homens e mulheres em cargos de direção

¹⁷ O padrão da Estrutura Organizacional de Referência do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, definido pela Portaria MEC nº 1.438/2018, tem como quantitativos: Cargos de Direção (CD), das Funções Gratificadas (FG) e das Funções Comissionadas de Coordenação de Curso (FCC) do IFRN.

¹⁸ São cargos de gestão: coordenadores de curso, diretores acadêmicos, diretores gerais, pró-reitores.



Fonte: Elaborado pela autora

Diante dos gráficos apontados, percebe-se o acesso tardio de professoras, de alunas, e de técnico-administrativas. Mesmo que atualmente, em 2022, percebamos a presença das mulheres em espaços de cargos de gestão (como exemplificado), porém, esse quantitativo ainda acontece de forma desigual.

Avanços para a inserção feminina

Numa perspectiva macropolítica, no Brasil, temos conhecimento que algumas ações estão sendo realizadas, a partir das Leis 9.100/1995 e 9504/1997, que entre outras ações, proporcionou a criação do Programa de Cotas para Mulheres na Política, o qual prevê 30% das candidaturas dos partidos ou coligações para cada sexo em eleições proporcionais.

Além disso, foi implementada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, criada em 2003, que tinha como objetivo inicial promover um país mais igualitário, através da valorização da mulher e de sua inclusão no processo de desenvolvimento social, econômico, político e cultural no Brasil.

Buscando também soluções para quebrar esse ciclo, a Organização das Nações Unidas (ONU) criou em 2010, ONU Mulheres, em defesa dos direitos humanos das mulheres. Há também o ranking da “*Women in Business*” que destaca as mulheres em tendências globais e suas histórias de sucesso em diversos países.

E, no recorte temático do presente estudo, na Instituição, para essa perspectiva de inclusão das mulheres na sociedade, temos o Programa Mulheres Mil¹⁹, que acontece desde 2007 e foi instituído pela Portaria 1.015/2011, fundamentado em bases de uma política social

¹⁹ O Programa Mulheres Mil faz parte das ações do Programa Brasil sem Miséria, associando-se à meta de erradicação da pobreza extrema, propósito estabelecido pelo Governo Federal daquele momento (PPP/IFRN, 2012). Em consonância com a Portaria supracitada, a qual visava a formação profissional e tecnológica articulada com elevação de escolaridade de mulheres em situação de vulnerabilidade social.

de inclusão e de gênero, em que oferece a mulheres, em “situação de vulnerabilidade social, acesso à educação profissional e melhoria nas condições de emprego e renda” (PPP/IFRN, 2012, p. 157).

Além disso, o IFRN garantiu as “necessidades básicas de aprendizagem dos jovens fossem satisfeitas de modo equitativo, através da melhoria nos níveis de alfabetização de adultos, em particular para as mulheres”, em conjunção com as orientações da Unesco (2009), citado no PPP/IFRN (2012, pp.260-261).

Esses avanços permitem-nos perceber que mudanças estão acontecendo, seja na esfera mundial, seja na esfera local. Aos poucos, essa igualdade em relação ao gênero está avançando. Porém, ainda há muito a ser discutido. Inclusive, dentro da instituição como a nossa, que a diferença ainda é relevante, conforme vimos nos gráficos disponibilizados pelo Relatório de Gestão (2020) e pelo histórico tardio de inserção de mulheres nos espaços da Instituição.

Considerações finais

Ao compreender o processo de criação das Escolas de Aprendizes Artífices (1909), percebe-se que a educação profissional brasileira, gratuita, era ofertada principalmente para o público masculino.

Com o passar dos anos, a sociedade foi se transformando e as mulheres também participaram dessas mudanças, conquistando espaço dentro e fora de suas casas. É certo que as dificuldades apareceram para a inserção das mulheres em espaços ditos masculinos.

O comércio, a indústria e urbanização foram setores essenciais para os interesses no ensino profissionalizante, principalmente. As mulheres passaram a ser incluídas nas escolas profissionais para compreenderem questões de orçamento doméstico, além de confeccionarem produtos. Algumas vezes, saíam como professoras também.

Na instituição em análise, a história da presença feminina começou com Maria do Carmo Torres Navarro, no período de 1910 a 1933, sendo a primeira professora nomeada para o curso noturno primário; depois, a professora Maria de Lourdes Filgueira Guilherme, marcou a prática educativa e musical na Escola Industrial de Natal (EIN), durante o período de 1945 a 1968; no ano de 1975, tivemos a primeira matrícula compulsória da estudante Nelma Sueli Marinho de Bastos, no curso de Edificações; e, a primeira e única mulher como diretora, a professora Luiza Vieira de França, nos anos de 1987 a 1991.

Quando revisitadas essas trajetórias, reconstituem-se as conquistas dos espaços

sociais, mesmo diante das dificuldades que existiam e ainda existem. Essas mulheres são precursoras na instituição. Elas abriram caminho para todas as demais que aqui estão, na condição de alunas, professoras ou em cargos de gestão. Tais como a professora Régia Lúcia Lopes, com aproximadamente 25 anos de carreira, assumiu em 2012 o desafio de gerir uma importante pasta dentro da estrutura do IFRN, a primeira Pró-Reitora de Extensão (Proex); tivemos também, a prof. Anna Catharina da Costa Dantas, ex-Pró-Reitora de Ensino (Proen) do Instituto que assumiu o cargo na Diretoria de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, SETEC/MEC; assim como exemplificamos outros espaços assumidos por mulheres nas Diretorias dos *Campi* do IFRN.

Na posse dos gestores do IFRN para os anos 2016-2020 foi registrado o maior número de mulheres na gestão do Colégio de Dirigentes. Ao lado do reitor, Wyllys Abel Farkatt Tabosa, assumiram 19 diretores gerais dos *campi*, dos quais 3 eram mulheres Diretoras-Gerais²⁰, a saber: Diretora-Geral do *Campus* Pau dos Ferros, Antônia Francimar da Silva; Diretora-Geral do *Campus* Santa Cruz, Samira Fernandes Delgado; Diretora-Geral do *Campus* São Gonçalo do Amarante, Luisa de Marilac de Castro Silva²¹.

Atualmente, na gestão do reitor do IFRN, José Arnóbio de Araújo Filho, dos 22 *Campi*, temos apenas 2 Diretoras-gerais dos *campi* do Instituto para gestão 2020-2024²², Luisa de Marilac de Castro Silva (*Campus* São Gonçalo do Amarante) e Samira Fernandes Delgado (*Campus* Santa Cruz), ambas no segundo mandato²³.

Em relação à Diretoria Acadêmica²⁴, com gestão feminina, temos *Campus* Parelhas, a professora Gerlúzia de Oliveira Azevedo; *Campus* Natal-Zona Norte, Fabrícia Abrantes Figueiredo da Rocha; *Campus* Pau dos Ferros, a professora Antônia Francimar da Silva, que assumiu a Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (Prodes) do IFRN. Aqui, expressamos uma amostra da participação feminina em cargos de gestão; certamente, existem outras mulheres que chegaram ao cargo de gestão no IFRN.

²⁰ De acordo com o Regimento Geral, aprovado pela Resolução nº. 15/2010-CONSUP/IFRN, de 29/10/2010, na estrutura administrativa interna de cada *Campus*, a Direção Geral está na condição de maior hierarquia, seguido da Diretoria Acadêmica.

²¹ Informações disponíveis em: <https://portal.ifrn.edu.br/conselhos/conselho-de-dirigentes/composicao>

²² A nomeação foi realizada por meio da Portaria 1.782/2020 - Reitoria/IFRN (IFRN, 2022).

²³ Informações disponíveis em: <https://portal.ifrn.edu.br/campus/natalzonanorte/noticias/publicada-nomeacao-de-diretores-gerais-dos-campi-para-mandato-de-quatro-anos>.

²⁴ A Diretoria Acadêmica, em consonância com o Regimento Geral do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), é o órgão executivo que planeja, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de ensino, integradas à pesquisa e à extensão, cuja competência de atuação está prevista nos documentos institucionais internos (IFRN, 2022).

Apesar desses avanços, o Relatório de Gestão 2020 demonstra que ainda há diferenças nas quantidades de servidores, com a predominância do sexo masculino. Em relação aos cargos de gestão, é consensual a liderança ser feita por homens. Isso talvez ainda aconteça, porque a mulher sofre excesso de ocupação doméstica (ora pelo cuidado com os filhos, ora pelo cuidado com outros), além da sua vida profissional e do pouco incentivo pela ocupação dos postos de tomada de decisão.

Referências

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e Educação: a Paixão pelo possível**. São Paulo: Editora UNESP. 1998

BONATO, Nailda Marinho da Costa. **Uma escola de formação profissional para o sexo feminino no Distrito Federal: a Escola Profissional Paulo Frontin (1919)**. Caxambu. Trabalho apresentado na XXIV Reunião Anual da ANPED. 2001.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2010.

BRASIL. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909**. *Créa nas capitais dos Estados as Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional e gratuito*. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ, 24 set. 1909.

BRASIL. **Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937**. *Dá nova organização ao Ministério da educação e Saúde Pública*. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-13-janeiro-1937-398059-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 20 jun 2022.

BRASIL. **Decreto nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942**. *Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (Senai)*. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ, 23 jan. 1942.

BRASIL. **Decreto-lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942**. *Lei orgânica do ensino industrial*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del4073.htm. Acesso em 26 abr 2022.

BRASIL. **Decreto nº 47.038, de 16 de outubro de 1959**. *Aprova o Regulamento do Ensino Industrial*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/d47038.htm. Acesso em 26 abr 2022.

BRASIL. **Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959**. *Dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/13552.htm. Acesso em 21 jun 2006.

BRASIL. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968**. *Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5540.htm. Acesso em 26 abr 2022.

BRASIL. **Lei no 5.692, de 11 de agosto de 1971.** *Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.* Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15692.htm. Acesso em 21 jun 2022.

BRASIL. **Lei no 6.545, de 30 de junho de 1978.** *Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências.* Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16545.htm. Acesso em 21 jun 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.100, de 29 de setembro de 1995.** (2021). *§ 3º Vinte por cento, no mínimo, das vagas de cada partido ou coligação deverão ser preenchidas por candidaturas de mulheres.* Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/111051/lei-9100-95>. Acesso em: 23 mai 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.** (2021). *§ 4º Estabelece o número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo.* (Redação dada pela Lei nº 12.034, de 2009). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19504.htm. Acesso em: 23 mai 2021.

BRASIL. **Decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007.** *Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica.* Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6095.htm. Acesso em 20 jun 2022.

BRASIL. **Decreto nº 6.320, de 20 de dezembro de 2007.** *Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Educação, e dá outras providências.* Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6320.htm. Acesso em 20 jun 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** *Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.* Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm. Acesso em 26 abr 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 1.015, de 21 de julho de 2011.** *Criação do Programa Nacional Mulheres Mil que visa à formação profissional e tecnológica articulada com elevação de escolaridade de mulheres em situação de vulnerabilidade social.* Diário Oficial da União, Seção 1, nº140, ISSN 1677- 7042. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/brasil_sem_miseria/portaria-mulheres-mil-n-1015.pdf. Acesso em 21 jun 2022.

CARDOSO, Tereza Fachada Levy. **A trajetória da Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz (1917-1937).** In: CHAVES, Miriam Waidenfeld; LOPES, Sonia de Castro. (Org.). *Instituições educacionais da cidade do Rio de Janeiro: um século de história (1850-*

1950). Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, p. 121-145. 2009.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravatura**. 2ª. ed. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: FLACSO. SciELO - Editora UNESP. Edição do Kindle. 2005.

FEDERICI, Sílvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Trad. Coletivo Sycorax. Editora Elefante. 2019.

FONSECA; Amilde Martins da; SOUZA; Ângela Maria F. de Lima e. **Nas entrelinhas ou nas margens: marcas da presença de mulheres na história do IFRN**. Anais do III Simpósio Gênero e Políticas Públicas. GT7 - Saberes docentes e as questões de Gênero. ISSN 2177-8248. Universidade Estadual de Londrina. 2014.

IFRN. **Composição do Conselho Dirigente (2016-2020)**. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/conselhos/conselho-de-dirigentes/composicao>. Acesso em 27 jun 2022.

IFRN. **Projeto Político-Pedagógico do IFRN: uma construção coletiva**. Documento-Base. Natal, 2012. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/ifrn/institucional/projeto-politico-pedagogico1/lateral/menu-1/volume-1-documento-base>. Acesso em: 18 mai 2021.

IFRN. **Publicada nomeação de diretores-gerais para mandato de quatro anos (2020-2024)**. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/campus/natalzonanorte/noticias/publicada-nomeacao-de-diretores-gerais-dos-campi-para-mandato-de-quatro-anos>. Acesso em 27 jun 2022.

IFRN. **Regimento Geral (2010)**. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/ifrn/institucional/pdi/lateral/documentos-base/regimento-geral-do-ifrn>. Acesso em 27 jun 2022.

IFRN. **Relatório de Gestão 2020**. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/acessoainformacao/auditorias/relatorios-de-gestao/relatorio-de-gestao-2020/view>. Acesso em 16 mai 2021.

MEDEIROS NETA, Olívia Moraes; SILVA, Nina Maria. **A professora Lourdes Guilherme e o canto orfeônico na Escola Industrial de Natal (1945-1968)**. Educação & Formação, v. 2, p. 153-164, 2017. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/download/165/147/532>. Acesso em 27 abr 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Histórico da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article/30000-uncategorised/68731-historico-da-educacao-profissional-e-tecnologica-no-brasil>. Acesso em 26 abr 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Institutos Federais Lei 11.892, de 29/12/2008: comentários e reflexões**. SILVA, Caetana Juracy Resende (Org.). Natal: IFRN, 2009. 70p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=3753-lei-11892-08-if-comentadafinal&Itemid=30192. Acesso em 26 abr 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Leis da educação profissional e tecnológica.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-mais-educacao/30000-uncategorised/67731-leis-legislacao-e-atos-normativos-setec>. Acesso em 26 abr 2022.
NASCIMENTO, Francinaide de Lima Silva. **A escola normal de Natal:** Rio Grande do Norte, 1908-1971. Natal: IFRN, 216 p. 2018.

NASCIMENTO, Francinaide de Lima Silva. *A formação profissional da professora primária e o percurso da docência.* In.: **Sexo, sexualidade e gênero na educação profissional no Brasil e na França:** estudos exploratórios [recurso eletrônico] / Organizador Avelino de Lima Neto... [et al.]. – Natal: IFRN, 2020. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/2053/Ebook%20-%20Sexo%20Genero%20E%20Sexualidade%20na%20Educacao%20Profissional.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 27 abr 2022.

PEGADO, Erika Araújo da Cunha (Org.). **A trajetória do CEFET-RN desde a sua criação no início do século XX ao alvorecer do século XXI.** Natal: Editora do CEFET-RN. 138p. 2006.

PORTAL DA MEMÓRIA IFRN. **Entrada de alunas nos cursos regulares da Instituição.** Disponível em: <https://centenario.ifrn.edu.br/cronologia>. Acesso em: 14 fev 2021.

PORTAL DA MEMÓRIA IFRN. **Ex-diretores.** Disponível em: https://centenario.ifrn.edu.br/ex-diretores?b_start:int=0. Acesso em: 18 fev 2021.

REIS, Fabiana Arruda Resende; MARTINEZ, Silvia Alicia. **O ensino profissional feminino no Brasil:** uma análise da escola profissional feminina Nilo Peçanha (Campos, Rio de Janeiro, 1922 - 1930). *A cor das Letras (UEFS)*, v. 13, p. 27-45. 2012.

SILVA, Luisa de Marilac de Castro; MORAIS, Maria Arisnete Câmara de. **A Escola de Aprendizes Artífices no Rio Grande do Norte:** presença de professoras (1909-1937). In: XIV Congresso de História da Educação no Ceará, 2015, Crato/RN. *História das Mulheres: amor, educação e violência.* Fortaleza: Edições UFC. 2015.

Autoras:

Daniella Lago Alves Batista de Oliveira Eustáquio¹

Professora do IFRN (2009 - atual). Licenciada em Letras (2006) pela UFRN; Especialista em Literatura Comparada (UFRN, 2009); Especialista em Língua Portuguesa - gramática, texto e discurso (UFRN, 2010). Mestre em Ciências Sociais (UFRN, 2015). Atualmente, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do IFRN.

E-mail: daniella.lago@ifrn.edu.br

<https://orcid.org/0000-0002-1993-4386>

Francinaide de Lima Silva Nascimento

Professora de Didática do IFRN e do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional/PPGEP-IFRN, onde coordena a Linha de Pesquisa História, historiografia e memória da Educação Profissional. Estágio Doutoral e Pós-Doutoral na Universidade de Lisboa. Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Graduada em Pedagogia e Mestre em Educação pela UFRN.

E-mail: francinaide.silva@ifrn.edu.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9091-8055>

Como citar o artigo:

EUSTÁQUIO, D. L. A. B. de; NASCIMENTO, F. L. S.; La presencia de la mujer en la Educación Profesional: breve análisis de los espacios conquistados. **Revista Paradigma**, Maracay, v. 43, Edição Temática 3, p.363-382, sep., 2022.